Opinião Socialista

PSTU

Ano XII - Edição 339 - Colaboração: R$ 2 - De 22/05 a 04/06/2008 - www.pstu.org.br

OPERÁRIO ROBÔ

Como o ritmo de trabalho acaba com a vida do trabalhador

TODOS AO I CONGRESSO DA CONLUTAS

Páginas 3 e 12

MARINA SILVA: O FIM DA COBERTURA "AMBIENTAL" DO GOVERNO

Página 4

ARGENTINA: O SIGNIFICADO DOS PROTESTOS RURALISTAS

Página 11

RESISTÊNCIA – Pouco antes de assumir o Ministério do Meio Ambiente, Carlos Minc dizia: "Eu, não! Sem erro! Não tem a menor possibilidade de eu ir para Brasília", disse o novo ministro.

HAITI É AQUI – Lula gastou, desde 2004, R$ 464 milhões na invasão ao Haiti. Até o final deste ano prevê os gastos ultrapassem os R$ 500 milhões.

QUEM PAGA MAIS

O Ipea ((Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apresentou dados mostrando que os pobres pagam 44% mais imposto, em proporção à sua renda, do que os ricos. Segundo os dados, os 10% mais pobres do país gastam 32,8% da renda com impostos. Já os 10% mais ricos do país gastam 22,7% do seu rendimento com impostos.

PÉROLA

"Ninguém como você, Marina, para ser a mãe do PAS. De mãe em mãe, vocês percebem que estou criando a nova China aqui".

LULA,
Lula, durante o lançamento do Programa Amazônia Sustentável (PAS). O que o presidente não diz é que os salários pagos aos trabalhadores chineses são os menores do mundo.

ABISMO

O Ipea também divulgou os últimos números sobre a concentração de renda no Brasil. Segundo o presidente do instituto, Márcio Pochmann, o estudo mostra que os 10% mais ricos concentram mais de 75% da riqueza do Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador são as capitais que possuem a maior concentração de renda. São Paulo concentra mais de 70% destes 10% mais ricos.

CHARGE / AROEIRA

FECHANDO CERCO

É cada vez mais complicada a situação do presidente da Força Sindical, o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o "Paulinho". Acusado de integrar um esquema de desvio de verbas do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Na semana passada foi revelado que Paulinho comprou a vista uma casa no litoral norte de São Paulo por R$ 200 mil. A Polícia Federal também divulgou gravações, onde o consultor da Força Sindical de São Paulo João Pedro de Moura classificou Paulinho como "o nosso chefe lá de Brasília".

QUANDO LULA DISSE "OI"

A fusão da Oi, antiga Telemar, com a Brasil Telecom está sendo facilitada pelo governo Lula. Com o negócio, a Oi deve desembolsar cerca R$ 8,3 bilhões. Essa compra será facilitada pelo dinheiro público, já que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve oferecer um empréstimo de R$ 2,5 bilhões para a realização da aquisição. A transação vai criar a maior empresa do setor (um verdaeiro monopólio), mas depende de mudanças na legislação do país. O governo, é claro, já está encaminhando as mudanças necessárias.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Seminário unifica trabalhadores da construção civil do Pará

***GLEIDSON SANTOS**, de Belém (PA)*

Representantes de mais de 10 sindicatos de trabalhadores do setor da construção civil, reuniram-se no último dia 17 em Belém para planejarem a unificação da campanha salarial. O sindicato de Belém e Ananindeua, dirigido pela Conlutas, foi um dos principais responsáveis por este vitorioso evento que contou com cerca de 100 operários eleitos nos vários canteiros de obra da cidade e outras dezenas de sindicalistas de todo o estado.

Ativistas de outras categorias estiveram prestigiando o evento, através de várias saudações como a do professor Abel Ribeiro, representante da Oposição Alternativa Conlutas na Educação, que enfrenta uma dura greve contra o governo Ana Júlia; e a Coordenadora Geral do Sindicato dos servidores da UFPA, Ângela Azevedo.

No seminário foi discutido o grande crescimento econômico que a construção civil vem atingindo no Pará, a intensificação da competição entre as empresas e a reestruturação produtiva cujo resultado é um aumento brutal da exploração através das metas de produtividade, baixos salários, terceirização, desrespeito aos direitos trabalhistas e causa uma série de doenças e acidentes devido ao ritmo frenético de trabalho. Só em Belém foram contabilizadas 11 mortes em acidentes em 2007.

Enquanto o crescimento econômico e as obras do PAC de Lula jogam milhões nos bolsos das grandes empresas, aos operários resta o trabalho exaustivo e salários que mal garantem a alimentação de suas famílias.

Os participantes do seminário sabem que não será fácil arrancar dos patrões as reivindicações aprovadas. No entanto, já iniciamos esta campanha

com muito mais força, pois conseguimos unificar os trabalhadores do estado e, caso seja necessário, vamos parar todo o Pará, dos luxuosos prédios da capital até os grandes projetos da Vale no interior do estado.

O seminário revigorou a disposição de luta de todos os presentes. A patronal e seus governos que se preparem, pois os operários estão cansados de arcar só com a parte ruim do crescimento econômico. Os patrões dizem ser loucura lutar por algum reajuste além de 8% ou 9% de um servente de obra que ganha R$415,00 por mês. Mas os trabalhadores exigem um crescimento real de seus salários.

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5776 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA uberaba@pstu.org.br
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM belem@pstu.org.br
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-1909

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala 204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748 Zona 07 - (44) 91113259

PERNAMBUCO

RECIFE - Av.Monte Lazaro, 195- Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme, sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432 (54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105, Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166 santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, Centro (48) 3225-6831 floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - campinas@pstu.org.br
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho edcosta16@itelefonica.com.br
GUARULHOS - guarulhos@pstu.org.br
Av. Esperança, 733 - Centro (11) 6441-0253 guarulhos@pstu.org.br
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 ribeiraopreto@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - (11)4339-7186 saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 sorocaba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

A PREPARAÇÃO DE UM MOMENTO EXCEPCIONAL

Existe uma atividade intensa dos ativistas do movimento sindical, popular e estudantil em todo o país, ao redor da eleição dos delegados para o congresso da Conlutas. Os mais velhos lembram dos primeiros tempos da formação da CUT, quando ainda era uma central de lutas e agrupava os ativistas que estavam à frente das greves. Os mais novos se encantam pela discussão política nas bases ao redor das teses inscritas.

Hoje, estão se reunindo nas assembléias uma parte importante dos que lutam nesse país. As mobilizações que mais tocam os trabalhadores nesse momento são as salariais, impulsionadas pelo repique da inflação e em particular pelo aumento do preço dos alimentos. As principais greves estarão representadas no congresso da Conlutas.

Por exemplo, os operários da construção civil de Fortaleza, que terminaram uma greve radicalizada e vitoriosa estão elegendo seus delegados. Os professores de Belém que estão completando um mês de greve têm na Alternativa Conlutas na Educação uma direção combativa contra a direção burocrática do sindicato e o governo do PT. Essa direção alternativa divulga o congresso de julho na base. Os trabalhadores da construção civil de S. José também foram à greve, passando por cima da direção pelega do sindicato e encontraram na Conlutas um ponto de apoio para sua mobilização. Os professores de Santa Catarina que também tiveram uma greve salarial devem eleger mais de cem delegados. Da mesma forma como essas, outras lutas salariais estão ocorrendo no país (como os professores de São Gonçalo e Piauí) e os trabalhadores encontram os sindicatos ou oposições ligadas à Conlutas junto a eles.

Outro ponto importante da mobilização dos trabalhadores é pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e direitos. Os metalúrgicos da GM de S. José são uma referência nesse sentido, por terem recusado a proposta patronal de flexibilização dos direitos. No dia 28 de maio, os metalúrgicos de S. José vão estar à frente da luta para apontar um rumo para essa campanha diferente daquele defendido pela CUT e Força Sindical, que estão negociando a redução em troca da imposição do banco de horas e da redução dos fastos das empresas com a previdência. Os metalúrgicos de S. José são fundadores da Conlutas e estão na linha de frente da eleição dos delegados nas bases.

As oposições sindicais são outras expressões da construção de uma alternativa de direção contra o peleguismo da CUT/ Força Sindical. Neste momento estão em curso ou em preparação eleições de grande importância, como a dos petroleiros do Norte Fluminense, dos professores do Rio Grande do Sul e São Paulo e bancários de Belo Horizonte. Em todas elas oposições com forte presença da Conlutas estarão presentes, ao mesmo tempo em que elegerão seus delegados para o congresso.

O movimento popular é uma outra base de apoio da Conlutas. A ocupação do Pinheirinho, a mais antiga ocupação urbana vitoriosa do país já elegeu seus 14 delegados.

O movimento estudantil vai realizar um Encontro próximo ao congresso da Conlutas no qual discutirá a perspectiva de construção de uma nova entidade, alternativa a UNE pelega. E já está também elegendo seus delegados. Seguramente estarão os representantes das principais ocupações das universidades, seja da USP no ano passado, seja da UnB neste ano.

A PREPARAÇÃO DO CONGRESSO

O congresso da Conlutas (3 a 6 de julho, em Betim, Minas Gerais) será um momento excepcional por vários motivos. Em primeiro lugar, como se pôde ver, será uma expressão genuína das lutas dos trabalhadores e estudantes brasileiros. Mais importante ainda, poderá discutir um plano de lutas que unifique as campanhas salariais, mobilizações pela redução da jornada, e outras bandeiras unificadas dos trabalhadores para o segundo semestre. Trata-se, portanto, de um evento de extrema importância perante a crise econômica que se avizinha, pois pode discutir um plano de lutas unificado e nacional.

Em segundo lugar, será uma reunião nacional do melhor da vanguarda socialista, independente e em oposição ao governo Lula. Essa vanguarda estará discutindo as perspectivas mais estratégicas do país e da América Latina, já traduzidas nos debates das Teses para o congresso. Desde a burocratização da CUT e do PT que os ativistas não têm um espaço desta magnitude para este debate. Isso já ocorreu no CONAT, congresso de fundação da Conlutas e agora se repetirá em escala mais ampla e aprofundada. Cinco mil delegados debatendo com a mais ampla democracia a estratégia para a luta socialista.

Em terceiro lugar, logo após o congresso da Conlutas será realizado o ELAC (7 e 8 de julho), Encontro Latino Americano e Caribenho de Trabalhadores, convocado pela Conlutas, COB boliviana, CCura (Corrente Classista, Unitária, Revolucionária e Autônoma, da Venezuela), Batay Ouvriyé (Haiti) e Tendência Classista e Combativa do Uruguai. Trata-se de uma iniciativa histórica, em um momento em que existe uma polarização crescente das lutas em nosso continente. Mais do que nunca é necessário buscar uma coordenação das lutas dos trabalhadores do continente, de forma independente dos governos da região.

Integre-se na preparação deste momento excepcional, que será o congresso da Conlutas. Ajude a unificar as mobilizações dos trabalhadores no Brasil e na América Latina. Participe dos debates sobre os rumos estratégicos das lutas dos trabalhadores. Seja um dos delegados ao Congresso da Conlutas!

MARCELLO CASAL JR / AG. BRASIL

MARINA SILVA: 'VITRINE AMBIENTAL' DO GOVERNO DEIXA MINISTÉRIO

RENÚNCIA DE MINISTRA mostra que governo nunca esteve em disputa, nem mesmo na questão ambiental

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deixou seu cargo no último dia 13. Sua saída provocou certo mal estar no Planalto, afinal, desde o início do governo Lula, Marina fornecia uma imagem de "credibilidade ambiental" sustentada perante os movimentos sociais e ambientalistas. Suas relações com grupos ambientalistas forneceram uma ótima blindagem de Lula contra críticas à sua política anti-ambiental e de aliança com o agronegócio.

A auto-exoneração de Marina ocorreu pouco depois de o governo anunciar o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que vem sendo discutido e preparado desde 2003. O Plano consiste em mais um conjunto de "boas intenções", repleto de generalidades e totalmente carente de medidas concretas no que se refere às políticas para conter a destruição ecológica, sobretudo da Amazônia. Um plano demagógico que bate de frente com a prática deste governo e com seus aliados, que são os principais devastadores ambientais: a burguesia agroexportadora, os latifundiários e os representantes de multinacionais.

No lançamento do Plano, Lula chamou ex-ministra de "mãe do PAS", mas, ao mesmo tempo, designou o ministro Roberto Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) para coordená-lo. Dessa forma, o governo atendia mais uma exigência de seus aliados do agronegócio esvaziando ainda mais os poderes do Ministério do Meio Ambiente. O episódio foi a gota d'água que levou a renúncia da ministra.

Mas a saída de Marina está também relacionada ao peso que o agronegócio adquiriu no governo Lula. Além de adotar um conjunto de medidas que favorecem o setor e ampliam a devastação ambiental no país, Lula se tornou o principal defensor da produção de etanol no país, algo que terá drásticas conseqüências ambientais, pois florestas inteiras já estão dando lugar a plantações de cana-de-açúcar.

Mas enquanto o governo faz demagogia sobre "proteger a Amazônia", a bancada ruralista no Congresso Nacional pressiona para que sejam revistas medidas de combate ao desmatamento e de punição a quem destrói a Amazônia, como a determinação para que os bancos só concedessem créditos a proprietários de terras que não desmatassem e regularizassem suas terras. Também correm soltos no Congresso projetos que visam ampliar a devastação da floresta. Entre eles, o Projeto de Lei (PL) 6424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro, que pretende reduzir a área de reserva legal florestal da Amazônia de 80% para 50%, considerado um verdadeiro Estatuto do Desmatamento.

Todas estas medidas estavam diminuindo a margem de manobra da ministra. Cada vez mais questionada (e até mesmo responsabilizada por ter dado condições de fortalecimento dos destruidores da natureza), Marina tinha duas opções: continuar no Ministério, as custa de um enorme desgaste de sua imagem diante dos movimentos ambientais, ou deixar o cargo.

Devastação ambiental avançou com Marina Silva

LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS
O Projeto consiste na autorização para qualquer empresa explorar áreas da floresta amazônica por um período que pode chegar a 60 anos. O que está por trás desse projeto é a entrega da Amazônia ao capital privado e estrangeiro.

SÃO FRANCISCO
Em março de 2007, o governo Lula recebeu o sinal verde para implementar o projeto de transposição do rio São Francisco, quando, sob muita pressão, o Ibama liberou a licença ambiental para o projeto.

AMAZÔNIA
No final do ano passado, dados do governo mostram que pelo menos 7 mil km² de floresta foram destruídos no segundo semestre de 2007. Isso equivale a 4,5 vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

LIBERANDO OBRAS

O petista Carlos Minc foi nomeado para o cargo de Marina. Para a felicidade de Lula e dos empresários, o novo ministro já declarou que vai acelerar licenças ambientais para as obras do PAC. Como secretario do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Minc licenciou em tempo recorde obras de grande impacto ambiental e de interesse direto do governo federal. Entre elas, o Comperj (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro), que a Petrobras planeja construir na proximidade dos manguezais de Guapimirim, única área preservada da baía de Guanabara.

PAPEL NEFASTO

É impossível, contudo, se omitir do nefasto papel que Marina Silva cumpriu em todo esse período que ficou à frente do Ministério. Sua nomeação tinha por objetivo neutralizar pressões internacionais e do conjunto do movimento ambiental contra a devastação ecológica no país. Muitos a consideravam "a última pessoa no governo a defender o meio ambiente" e diziam que sua presença no governo era um contra peso ao agronegócio, afinal, o currículo de Marina, inclusive sua luta com Chico Mendes, indicava uma linha de resistência à devastação. Porém o governo Lula só fez defender os interesses de grandes inimigos da causa ecológica. Pior ainda. Foi no governo Lula, com Marina Silva à frente da pasta do Meio Ambiente, que foram tomadas medidas que causaram um avanço histórico na destruição ambiental no país.

Foi no governo Lula que os transgênicos (sementes geneticamente modificadas) foram liberados, algo que nem mesmo FHC conseguiu. Como se não bastasse, a própria Marina Silva propôs o anteprojeto "Gestão de Florestas Públicas para a Produção Sustentável", que significava uma verdadeira privatização florestal, pois consistia na autorização para qualquer empresa explorar áreas da floresta amazônica por um período que pode chegar a 60 anos.

Para completar a longa lista de crimes contra o meio ambiente, veio a explosão do desmatamento, que chegou a 27 mil quilômetros quadrados em 2004, segunda maior marca de todos os tempos. O ultimo escândalo foi a divulgação dos dados mostrando que pelo menos 7 mil km2 de floresta amazônica foram destruídos no segundo semestre de 2007. A divulgação foi um balde de água fria no discurso do governo. O crescimento do desmatamento está ligado ao aumento dos preços internacionais da soja e do milho, além da mais completa falta fiscalização e impunidade.

Soma-se ainda o licenciamento ambiental da transposição do São Francisco e das grandes hidrelétricas na Amazônia, a decisão de construir a usina nuclear de Angra 3 e outras quatro usinas de energia nuclear.

Com a saída da ministra, uma conclusão necessária deve ser tirada pelos ativistas ambientais: ao contrário do que dizia Marina, o governo nunca esteve em disputa, nem mesmo na questão ambiental. Ao contrário, se colocou ao lado do capital e assumiu a sua lógica destrutiva. Marina vai embora e leva junto a roupa de credibilidade ambiental e um currículo manchado pelo crescimento da devastação.

DIANTE DO AUMENTO BRUTAL DO RITMO DE TRABALHO

Redução da jornada de trabalho para 36 horas, sem redução de direitos e salários, sem banco de horas

ESPECIAL

O OPINIÃO DEDICA UMA EDIÇÃO ESPECIAL sobre o aumento da jornada de trabalho, com reportagem, artigos, dados e doenças decorrentes da super-exploração

EDUARDO ALMEIDA, da redação

A insatisfação está aumentando dentro das empresas. Além dos salários arrochados, as condições de trabalho estão cada vez piores. Os patrões impõem metas de produção duríssimas, reduzem os tempos de almoço e até para ir ao banheiro.

Durante o governo Lula, a jornada de trabalho aumentou e os salários permaneceram arrochados. Os trabalhadores são obrigados a fazer muitas horas extras sob ameaça de demissão. Apesar da Constituição definir a jornada de trabalho em 44 horas, hoje em São Bernardo do Campo, centro industrial das montadoras de automóveis, a jornada média chega a 50 horas, segundo o "Diário do Grande ABC".

Mas isso não existe apenas existe nas fábricas. Os bancários são obrigados a trabalhar mais e com menos trabalhadores. Os professores a dar aulas para mais alunos. Por todos os lados, a patronal aumenta seus lucros à custa de um trabalho cada vez mais brutal, semelhante ao que faziam os escravos.

Uma das formas encontradas pelos patrões para aumentar o lucro é o banco de horas. Através dele, os patrões podem utilizar ou não os trabalhadores, de acordo com as necessidades da produção, pois com o "banco" já não existe uma jornada fixa.

Quando querem acelerar a produção, podem "convocar" os trabalhadores nos sábados e domingos, assim como impor jornadas de 10 ou 12 horas diárias. Quando a produção cai, deixam os trabalhadores em casa. Esse banco de horas vem sendo imposto desde a década de 90 nas empresas, com acordos sindicais entre a CUT e a Força Sindical.

O resultado é que a patronal vê seus lucros aumentar fortemente. Enquanto, os trabalhadores vêem crescer muito as doenças do trabalho (como a Lesão de Esforço Repetitivo) e os acidentes de trabalho.

FALSA CAMPANHA DA CUT E FORÇA SINDICAL

A CUT e a Força Sindical estão sendo fortemente questionadas pelas bases do movimento sindical. As rupturas de setores de movimento sindical e popular, que hoje se articula na Conlutas, assim como das direções sindicais ligadas ao PCdoB (que recentemente fundaram a CTB), enfraqueceram a CUT. Já a Força Sindical está no meio de um escândalo de corrupção. O presidente da central, Paulo Pereira da Silva, o "Paulinho", é acusado de dirigir um esquema de desvio de dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Essas centrais lançaram, junto com o governo, um abaixo assinado no qual esperam recolher um milhão de assinaturas. O documento será levado à Brasília para pressionar o Congresso Nacional a aprovar a redução da jornada para 40 horas semanais. No dia 28 de maio as centrais realizarão um dia de mobilizações para essa campanha.

Alguns setores do ativismo sindical poderiam pensar que a redução da jornada serviria como uma manobra do governo para fortalecer a CUT e a Força Sindical. Mas a questão não se resume a só isso.

Segundo o jornal "Folha de São Paulo", o governo começou a articular uma reforma Trabalhista e Sindical, através do ministro dos Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Ele que propõe uma "desoneração radical" da folha de pagamentos das empresas. As negociações envolvem as federações patronais FIESP, CNI e o governo federal, que desejam reduzir os gastos das empresas, como da Previdência, em troca de uma redução formal das horas de trabalho.

Numa declaração no ato de 1° de maio, Paulinho da Força propunha aos empresários trocar a diminuição da jornada pela desoneração da folha de pagamento. *"O governo tira os impostos da folha de pagamento e, na prática, paga o custo da redução"*, disse o sindicalista a "Folha de S.Paulo".

Já José Lopez Feijóo, diretor executivo da CUT declarou: *"não há discordância sobre a necessidade de desoneração da folha de pagamentos"*. Ou seja, a "campanha" dessas centrais pode abrir o caminho para a reforma Sindical e Trabalhista.

Além disso, a CUT e a Força Sindical estão fazendo acordos com empresas de São Paulo e do ABC sobre as 40 horas em troca da implantação do banco de horas. Assim, a campanha da CUT e da Força, não leva nenhum avanço para os trabalhadores. Ao contrário. Abre as portas para a reforma Trabalhista com redução dos gastos na folha de pagamentos das empresas. Na concretização dos acordos de empresa por empresa, o banco de horas também acaba com as vantagens da redução formal das horas, pois entrega aos patrões o controle direto sobre a jornada.

O EXEMPLO DA GM E DA CONLUTAS

A luta pela redução da jornada de trabalho não pode significar a aceitação da redução de direitos trabalhistas. A diferença em como conduzir esta luta é a chave nessa discussão. Um bom exemplo disso pôde ser visto com os metalúrgicos da General Motors (GM) de São José dos Campos (SP), que deram um exemplo ao recusar a proposta da multinacional de criar 600 empregos em troca da flexibilização de direitos. Já a direção do sindicato dos metalúrgicos de São Caetano (SP), ligado à Força Sindical, aceitou a proposta da multinacional.

A Conlutas lançou uma exigência à CUT e Força Sindical sobre essa campanha e o dia 28 de maio. Em uma carta aberta, a Coordenação afirma: *"Estaremos nas ruas e nas fábricas, dia 28 de maio, na luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários e direitos e contra o banco de horas"*.

Mas, em seguida, o documento manifesta uma clara oposição às negociações desenvolvidas pela Força e CUT, que entregam os direitos dos trabalhadores em troca das 40 horas. A carta da Conlutas afirma: *"os sindicatos devem somar forças entre nós, trabalhadores, e não com os patrões"* – concluindo assim - *"Chamamos, então a CUT, a Força Sindical, a UGT e a CTB a abandonar as negociações para reduzir impostos e direitos dos trabalhadores e a somarmos força em torno a campanha pela redução da jornada com o conteúdo acima definido. E, caso a resposta dos companheiros ao nosso chamado seja positiva, propomos organizarmos conjuntamente estas atividades"*.

Até agora a CUT e Força Sindical seguem com a mesma política de negociatas pelas costas dos trabalhadores. Por este motivo ocorrerão duas campanhas diferentes no dia 28. A deles, que tem por trás a FIESP e o governo Lula, que visa enganar os trabalhadores. E a da Conlutas e dos metalúrgicos de São José dos campos, pela redução da jornada, sem redução de direitos e salários, sem banco de horas.

O RITMO DO TRABALHO É ALUCINANTE. E O AUMENTO DOS LUCROS TAMBÉM

Nunca as empresas lucraram tanto no país como agora. No lado dos trabalhadores, porém, o salário não acompanha o crescimento dos lucros e ainda sofre com a inflação dos alimentos. Mais do que isso, exige-se que os trabalhadores trabalhem mais, num ritmo brutal.

***DIEGO CRUZ**, da redação*

O crescimento da economia, da produção e vendas, vem acompanhado pela retirada de direitos e pela maior da carga de trabalho. Isso se expressa tanto no aumento da jornada como na intensidade do próprio ritmo exigido aos trabalhadores. Metas de produção, banco de horas, assédio moral já são realidade entre diferentes categorias, de metalúrgicos a servidores públicos, bancários e professores.

MAIS PRODUÇÃO, COM MENOS TRABALHADORES

A crise econômica que desponta nos EUA ainda não chegou com toda sua força ao Brasil. Apesar de seus reflexos já serem sentidos por aqui, como na inflação dos alimentos, o conjunto da economia ainda apresenta crescimento. De acordo com levantamento do jornal "Valor Econômico", no primeiro trimestre de 2008 o lucro das 151 principais empresas subiu 9% em relação ao mesmo período em 2007, chegando a R$ 20,4 bilhões.

A indústria é um dos setores que mais se expande nos últimos anos, com destaque para o setor automotivo. Em 2007, foram vendidos 2,4 milhões de veículos. Este resultado supera o recorde anterior, de em 1997, quando 1,9 milhões de veículos foram vendidos.

Os empregos, no entanto, não acompanharam tal crescimento. O número de empregados nas montadoras se mantém no mesmo nível de 1997, ou seja, de 104 mil operários. Isso significa que o mesmo número de trabalhadores que produziam 1,9 milhões de veículos em 1997 produz hoje 2,4 milhões.

Levantamento realizado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria revela que a produtividade do trabalhador em 2007 cresceu quase o dobro que no ano anterior. Enquanto que em 2006 o crescimento da produção por trabalhador nas fábricas foi de 2,5%, no ano seguinte essa taxa pulou para 4,2%.

Para acompanhar o grande aumento da produção, ao invés de realizar novas contratações, as empresas exigem um ritmo ainda maior de trabalho. Além disso, retiram direitos para poderem lucrar ainda mais. É mais barato para a empresa criar um banco de horas ou exigir horas-extras do que contratar mais trabalhadores e investir em equipamentos. Ou seja, utiliza-se a capacidade já instalada, tanto de máquinas como, e principalmente, de mão-de-obra.

AUMENTO DO RITMO EM OUTROS SETORES

A pressão para o aumento do ritmo de trabalho não se dá somente na indústria. No campo, a superexploração é brutal e chega ao ponto extremo de causar a morte do trabalhador. No setor de serviços, tanto no comércio quanto nos bancos, a pressão sobre o trabalhador aumenta a cada dia. Além dos horários flexíveis e da retirada de direitos, há metas a serem cumpridas e uma tensão permanente sobre os funcionários, com assédio moral e sexual.

Controle total

Arte de Rico com roteiro da redação

SEGUNDA...
Ô AMILCAR. BOTOU O POVO PRA TRABALHAR ATÉ QUE HORAS HOJE?
ATÉ AS 17H. MAIS? PODE DEIXAR, EU AVISO AQUI.

TERÇA...
CHEFE, O PESSOAL TRABALHOU TANTO ONTEM QUE AS PEÇAS TÃO ACABANDO.
ENTÃO DISPENSA TODO MUNDO MAIS CEDO QUE A GENTE GASTA O BANCO DE HORAS E ECONOMIZA. AMANHÃ METADE FICA EM CASA E O RESTO VEM, PRA GENTE PODER REPOR AS PEÇAS.

QUARTA...
E AÍ? ESTÃO PRONTAS?
TÁ QUASE. MAS TODO MUNDO TÁ SABENDO QUE SÓ SAI QUANDO TERMINAR AS 20 MIL.

QUINTA...
HORARIO NORMAL HOJE, CHEFE?
TÁ, TUDO BEM, DEIXA ESSA CAMBADA DE PREGUIÇOSO SAIR CEDO.

SEXTA...
Ô AMILCAR, HOJE À TARDE CHEGAM AQUELAS PEÇAS QUE EU PEDI. DESCARREGA AÍ E AVISA A TODO MUNDO PRA VIR AMANHÃ.

SÁBADO...
OI, "TAMO" TERMINANDO A META DE HOJE. POSSO DISPENSAR O POVO NO DOMINGO?
QUE DISPENSAR O QUÊ? TÁ PENSANDO QUE EU TÔ COM A VIDA GANHA? TODO MUNDO AÍ, ATÉ ÀS 17H.

Entenda o banco de horas

O banco de horas foi instituído no país durante o governo FHC. Em uma conjuntura de crise econômica, usou a manutenção dos empregos como uma justificativa para flexibilizar os direitos dos trabalhadores. Uma chantagem para retirar direitos.

O banco de horas permite que os patrões imponham uma jornada maior sem pagar horas extras. Desta forma, num período de maior produção, o trabalhador é obrigado a trabalhar mais, compensando depois essas horas em folga. Ou seja, o trabalhador fica completamente à mercê do ritmo da empresa. É, na prática, um aumento da jornada de trabalho.

Hoje o banco virou regra. Na Volks do ABC, o trabalhador só pode começar a compensar as horas trabalhadas a mais quando atinge 160 horas no banco, que não respeita nem os feriados. "*No feriado de Corpus Christi, por exemplo, o sindicato fez um acordo com a empresa para que os operários trabalharem 100% nos três dias*", afirma um metalúrgico da montadora.

Um metalúrgico de São Paulo também reclama do banco. "*O meu setor vai trabalhar direto esse mês, incluindo os domingos. Já outro, que não tem tanta demanda, o pessoal está tendo folgas no meio da semana*". As folgas, é claro, são abatidas do banco.

Os efeitos no corpo e na mente

Algumas doenças provocadas pelo trabalho, com as categorias que estão mais expostas

4% das Doenças Ocupacionais são notificadas na América Latina, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)

107% é o aumento das notificações de acidentes e doenças do trabalho entre 2006 e 2007, segundo o DIAP

67% dos trabalhadores da General Motors de São José dos Campos afirmaram sentir dores no pescoço e nos ombros

De quem é a culpa?

Pesquisa mostra que lesionados da GM acreditam que o ritmo de trabalho seja responsável pela lesão

Pesquisa feita pelo Departamento de Saúde do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, com múltiplas respostas

Doenças do trabalho denunciam o aumento da exploração

Sintoma da superexploração em pleno século 21, as doenças do trabalho afetam praticamente todas as categorias de trabalhadores

Na GM, o trabalho de um metalúrgico da MVA (Montagem de Veículos Automotores) lembra as famosas imagens do filme "Tempos Modernos", de Charles Chaplin, capa desta edição do Opinião. É neste setor que o carro vai ser montado. Os operários vão soldando e "rebitando" as diversas partes. O carro vai passando e cada um vai colocando uma parte. O ritmo é alucinante. No filme de Chaplin, o operário não consegue acompanhar o ritmo e vai caindo sobre os demais, atrasando a produção. Volta e meia, um encarregado aparece e grita com ele. Na MVA, o "berro" é eletrônico. Quando um operário não consegue acompanhar o ritmo, primeiro uma luz acende em um painel, anunciando que há algo errado na linha. Cinco minutos depois, caso o "problema" persista uma música irritante dispara em toda a linha.

Na década de 90, a General Motors produzia 48 carros por hora. Essa era a meta. Clóvis Fernandes de Souza, ou "Cobrinha", como é conhecido, entrou na empresa nesta época, em 1997. Com uma empilhadeira, ele abastecia o setor de funilaria. "O ritmo é alucinante e o peso é muito excessivo", conta Clóvis. Como todas as montadoras, a empresa passou por um processo de reestruturação da produção. A produção aumentou e a GM passou a produzir 53 carros por hora. Ele começou a sentir dores nas costas, desenvolveu lesão nos ombros e perdeu parte da audição do ouvido esquerdo.

Clóvis procurou o médico da empresa, que constatou a lesão. Mesmo assim, Clóvis foi mandado embora em 2003. "*Quando a empresa descobriu que eu estava doente, pelos atestados que eu levava, ela partiu para a ignorância e me mandou embora*". O metalúrgico, assim como outros lesionados, encabeçou a lista de 600 operários demitidos naquele ano. "*A gente se sente discriminado. Para a empresa você não serve mais, é descartável*", reclama. O sindicato conseguiu reverter a demissão e o operário foi reincorporado à empresa, em outra atividade.

EXPLODEM OS CASOS DE DOENÇAS OCUPACIONAIS

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos realizou recentemente uma pesquisa na fábrica da GM sobre doenças do trabalho. Os resultados são assustadores. As Lesões por Esforços Repetitivos se generalizam. Do universo de 574 pesquisados, 67% apresentam dores no pescoço e nos ombros, 54% lesões no ombro e 39% com problemas de coluna. "*Os problemas mais comuns entre os metalúrgicos são lesões nos ombros e colunas*", afirma a advogada especializada em Saúde e Segurança do Trabalho, Dr. Maria Elvira Mariano. Na planta da GM em Gravataí (RS), considerada a "planta modelo", a mais moderna do país, a situação é ainda mais alarmante e nada menos que 30% dos trabalhadores são lesionados.

PRECARIZAÇÃO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO (SP)

Doenças de trabalho, estresse e até mesmo acidentes com mutilações fazem parte da dura realidade dos operários da Volkswagen de São Bernardo do Campo (SP). Em 1996, a empresa impôs o banco de horas. A medida foi apoiada pelo sindicato ligado à CUT. Como conseqüência, mais de 12 mil postos de trabalho foram eliminados.

Carlos (omitimos o nome verdadeiro para evitar retaliação) trabalha na Volks há 20 anos. Desde novembro, porém, ele está afastado por problemas de coluna. Até agora não sabe se vai retornar ao trabalho. Ele acredita que está lesionado devido aos esforços repetitivos no trabalho. "*Estou lá há quase 20 anos. No começo trabalhava na área de motores e câmbio, onde se carregava muita peça pesada. Você trabalha num ritmo acelerado e acaba adquirindo esses problemas*", disse. Seu caso se soma aos inúmeros outros que existem na fábrica. "Quando vou ao médico encontro muitas pessoas da Volks com esse problema, de vários setores".

O operário explica que, além de fazer sua jornada normal, muitas vezes tinha que trabalhar mais. "*Antigamente era horas extras, hoje é o banco de horas. Eles pedem pra gente trabalhar um pouco a mais, nos sábados ou estendendo um pouco mais nossa jornada*".

BANCÁRIOS SOFREM COM PRESSÃO

As doenças ocupacionais não são exclusividade dos metalúrgicos. De acordo com dados divulgados recentemente pelo Ministério da Previdência, os bancários lideram os pedidos de auxílio-doença. A categoria sofre com a pressão cada vez maior nos locais de trabalho, a exigência de metas de vendas e a imposição de horas extras. Só em 2006 foram concedidos 414.591 benefícios além de 260.211 aposentadorias por invalidez. Os principais problemas que afetam os bancários é o trabalho repetitivo em excesso, má postura e estresse.

A precarização das condições de trabalho dos professores, principalmente da rede pública, faz com que a categoria esteja sujeita a diversos tipos de doenças, principalmente doenças mentais provocadas pelo alto nível de estresse. Afinal, os ataques dos governos ao ensino provocaram salas de aula superlotadas e aumentaram o trabalho do professor, seja em sala ou preparando aulas e corrigindo provas. No Piauí, por exemplo, uma das doenças que mais afetam os professores é a síndrome de Burnout, marcada por um estado de completa exaustão física e emocional.

"Neste ano o marcador de dias sem acidentes não alcançou dois dígitos"

Um dos principais reflexos do aumento do ritmo de serviço é o crescimento do número de acidentes nos locais de trabalho. Segundo o Anuário dos Trabalhadores de 2007, produzido pelo Dieese com dados do Ministério da Previdência, o registro de acidentes aumentou nos últimos 10 anos. Enquanto que em 1995 foram registrados 424.137 mil, em 2005 esse número passou para 491.711.

Considerando que grande parte dos acidentes não é notificada, pela pressão das empresas, esse número é bem maior.

O aumento dos acidentes, muitas vezes, representa a morte para muitos trabalhadores. Em 2005 foram registradas 2.708 mortes em acidentes no trabalho. No ano passado, morreram 11 operários da construção civil de Belém (PA).

Os acidentes atingem praticamente todos os setores. Em uma metalúrgica de São Paulo, a contratação de temporários combinada ao aumento do ritmo de trabalho tem feito com que os casos de acidentes se multiplicassem. Segundo um operário que não quis se identificar, "*toda semana tem um acidente grave aqui. Neste ano o marcador de dias sem acidentes ainda não alcançou os dois dígitos*".

O trabalhador afirma que poderia ser ainda maior, caso fossem contados os acidentes em que a vítima não chega a ser afastada. "*Esses são quase diários, é peça caindo em cima de um, de outro. Mas o cara não chega a ser afastado. Vai pra enfermaria e no dia seguinte está de volta*".

Mortes por exaustão no campo

O campo é aonde o ritmo de trabalho mostra a sua face mais cruel. Com o avanço do biocombustível, comemorado pelo governo Lula, a superexploração tem aumentado, destruindo com a expectativa de vida do trabalhador rural. Na região de Ribeirão Preto (SP), a média de cana cortada por bóia-fria era de 9,81 toneladas nesse ano, contra 6,79 toneladas em 2004. Os trabalhadores recebem pelo que conseguem cortar e, assim, esforçam-se ao máximo para receber uma miséria por dia.

Muitos não agüentam e simplesmente morrem enquanto trabalham. Nas lavouras do interior de São Paulo, foram registradas 21 mortes por exaustão de abril de 2004 a 2007, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola. Isso decorre do aumento do esforço exigido dos trabalhadores. Enquanto que em 2004 a média de cana cortada por trabalhador era de 7,94 toneladas por dia, em 2007 esse número era de 8,74 toneladas. Na região de Ribeirão Preto (SP), a média de cana cortada por bóia-fria era de 9,81 toneladas nesse ano, contra 6,79 toneladas em 2004.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, os casos de superexploração e desrespeito trabalhista aumentaram, de 136 casos, em 2006, para 151, em 2007.

"Antigamente era horas extras, hoje é o banco de horas. Sempre pedem pra gente trabalhar um pouco a mais, nos sábados ou estendendo um pouco mais a jornada"

Trabalhador da Volks

"NO DIA 28, PRECISAMOS FORTALECER A LUTA CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS"

A General Motors (GM) é um exemplo de multinacional que cresce e ganha cada vez mais dinheiro no Brasil. Em 2007, enquanto o setor automobilístico batia recorde de vendas, um em cada cinco carros vendidos no país era da GM. Apesar desse resultado, a empresa partiu para uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. Em São José dos Campos (SP), a montadora quer implantar o banco de horas e reduzir salários. Tentaram chantagear os trabalhadores, oferecendo a abertura de 600 novas vagas em troca dessas medidas.

Os trabalhadores da GM e o Sindicato dos Metalúrgicos, porém, não aceitaram esse ataque e estão enfrentando a fúria da multinacional, aliada ao governo, a Igreja e o empresariado da cidade. Agora, a empresa ameaça os próprios empregos dos operários. Para se contrapor a isso, o sindicato lançou junto à Conlutas e demais entidades, uma campanha nacional contra a retirada de direitos e em defesa dos empregos. Em abril, dirigentes do sindicato e da Conlutas viajaram para o Equador e os Estados Unidos, a fim de divulgar a campanha e coordenar a luta a nível internacional.

O Opinião conversou com Luiz Carlos Prates, o Mancha, da direção do sindicato, que falou sobre a viagem, os rumos da campanha e como os ataques da GM ocorrem em todo o mundo.

Opinião Socialista - Como estão os ataques da GM hoje no Brasil e, especificamente, em São José dos Campos?

Mancha - A empresa continua na campanha de ameaça. Está fazendo um verdadeiro terrorismo contra os trabalhadores. Diariamente, dentro da empresa, eles estão fazendo essa campanha, pressionando os trabalhadores, dizendo que, se não foram aceitas as propostas da empresa que a possibilidade de fechamento da fábrica. O que é um absurdo, num momento em que há crescimento das vendas e da produção e incentivo por parte do governo. Agora, inclusive, não acenam nem com a possibilidade de abertura de vagas, mas somente a manutenção dos atuais empregos. Mas os trabalhadores saberão rechaçar isso.

Como foi a viagem aos EUA e quais as atividades que vocês participaram lá?

Participamos de uma conferência que reuniu trabalhadores de todo os EUA e de várias partes do mudo, aonde percebemos uma unidade na política das multinacionais e, particularmente, da General Motors. Tem vários casos que mostram isso. O primeiro da greve da Axle, uma empresa de autopeças que provocou a paralisação de 30 fábricas da GM e várias outras empresas. O motivo dessa greve é que os patrões querem reduzir o salário-hora, de 32 dólares para 14, alegando que as empresas concorrentes já haviam feito isso e eles tinham que fazer também.

Outra mobilização é a resistência contra a demissão de cinco dirigentes sindicais que lideraram uma forte greve no ano passado. O que se pode verificar nos EUA é que nos últimos anos foram feitos acordos que tem deixado os trabalhadores divididos em duas categorias. Uma que ganha entre 28 e 32 dólares por hora, e uma outra, com os trabalhadores mais novos, com contrato de salário que é metade disso, algo em torno de 14 dólares. Então, essa política vem sendo aplicada com a desculpa de garantir os empregos, garantir que haja produção lá nos EUA, com a cumplicidade das direções de lá.

> **O dia 28 é muito importante para colocarmos essa luta que ocorre na GM como um exemplo de resistência para o conjunto dos trabalhadores**

As empresas japonesas, Toyota e Honda, quando foram para lá se instalaram em regiões aonde não havia sindicatos, com salários mais baixos, semelhante ao que ocorre no Brasil em Gravataí (RS) e Camaçari (BA). É essa a mesma política aplicada em todos os lugares: a redução violenta dos salários dos funcionários. A novidade é a resistência grande por parte dos trabalhadores. Os trabalhadores vêem que, apesar dessa retirada de direitos, as fábricas continuam fechando e as empresas continuam deslocando a produção para outros países.

Como os trabalhadores dos EUA viram a campanha contra a retirada de direitos?

Mancha - A campanha teve uma receptividade muito boa. A visão que se tem do sindicalismo no Brasil, na visão dos trabalhadores norte-americanos, é que aqui se rouba os empregos deles, que aqui se trabalha com alta produtividade, baixos salários e que o dirigente sindical concorda com isso e colabora com isso. Não deixa de ter um grau de verdade, já que essa é a política das direções majoritárias aqui. À medida que vêem uma fábrica que está lutando com as mesmas reivindicações que eles, contra um mesmo processo que está ocorrendo no mundo todo, ficam bastante solidários. Ficaram muito contentes com nossa campanha, nossa participação e solidariedade. Mostra que é possível ter uma ação internacional de solidariedade.

Qual a realidade dos operários que vocês encontraram nos outros países?

É o mesmo processo que ocorre aqui, ainda que em circunstâncias diferentes. O nível salarial dos EUA, do Equador e aqui, por exemplo, são diferentes, tanto quanto o grau de precarização. Nos EUA há várias conquistas em que é mais difícil mexer. Terceirização lá, por exemplo, é mais difícil, que é o que ocorre mais no Equador e em outros locais. Em grande parte desses locais, as direções sindicais colaboram com as empresas, mas o que começa acontecer é a resistência e começa a surgir também, principalmente nas bases, uma direção que se levanta contra essa situação.

O que a viagem colaborou para a campanha?

Fizemos um chamado a que as organizações dos trabalhadores participem do Elac para que, lá, possamos tomar medidas com maior coordenação. Mas continuamos procurando a todas as entidades, as direções, as oposições, para ter um plano de ação comum, talvez até um dia de luta internacional.

Quais são os próximos passos da campanha?

Temos que ampliar essa resistência, tanto a nível nacional quanto a nível internacional. Agora vai ter o dia 28 de maio, que é um dia de luta e mobilização, vamos colocar as bandeiras que estamos levantando na General Motors: redução da jornada de trabalho mas sem a redução de salários e direitos e sem banco de horas. Além de denunciar as direções sindicais que, ao não terem essa posição, acabam colaborando com as empresas. Então, não é possível falar em redução da jornada sem a redução de direitos e o banco de horas. O dia 28 é muito importante para colocarmos essa luta que ocorre na GM como um exemplo de resistência para o conjunto dos trabalhadores. Também em nível internacional vamos continuar essa campanha. Em todos os fóruns que forem discutir as questões dos trabalhadores, vamos estar presentes levantando essa bandeira de não ao ataque aos diretos e não à flexibilização.

DESMONTE DO ESTADO: CRÔNICA DOS DESASTRES ANUNCIADOS

AGÊNCIA CROMAFOTO

Acidente da TAM em São Paulo (SP) em 2007

O QUE HÁ EM COMUM entre o naufrágio de uma embarcação no amazonas com a soda cáustica no leite e epidemia de dengue

Ocorrido no dia 4 de maio, naufrágio no Rio Amazonas, deixou pelo menos 32 mortos

MIGUEL MALHEIROS,*
do Rio de Janeiro (RJ)

Um curto esforço de memória é suficiente para trazer à tona episódios trágicos da recente história do país. Ainda estão frescas na cabeça de muitas pessoas as imagens do terrível trajeto feito pelo avião da TAM no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, antes de chocar-se a um prédio da empresa e consumir-se em tenebrosa bola de fogo. Antes dele o fatídico vôo 1907 da GOL. O Boeing 737-800, partindo de Manaus, chocou-se com o Legacy 600, fabricado pela privatizada Embraer, e terminou seu trágico e curto vôo em plena floresta amazônica. Em todos os casos centenas de famílias enlutadas buscando explicação, motivos e culpados.

Mas não é apenas o caos aéreo das filas em aeroportos, dos aviões e helicópteros caindo. Já tivemos água oxigenada e soda cáustica no leite; anticoncepcionais que não passam de pílulas de farinha; gasolina batizada com qualquer tipo de porcaria; queda de estádios de futebol, e por aí vai.

DESASTRE NO AMAZONAS

A mais recente, e trágica notícia envolvendo episódios do que chamaremos imprevidência social vem do extremo norte do país. Já somam 32 vítimas fatais os corpos encontrados, havendo ainda desaparecidos. Este é o saldo, até o momento, do naufrágio da embarcação Comandante Sales ocorrido no dia 4 de maio. A embarcação não possuía lista de passageiros e tampouco registro junto à Capitania dos Portos.

Segundo a grande imprensa existem cerca de trinta mil embarcações cadastradas no Pará e Amapá. No Amazonas em torno de 25 mil. Estes números tratam de embarcações cadastradas. Quanto às embarcações sem cadastro junto à Marinha não existiria nenhum tipo de levantamento. Entretanto o próprio comandante da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental – Capitão de Mar e Guerra Kleber Silva dos Santos – admitiu junto à imprensa ser reduzido o contingente para fiscalização das embarcações na região. Seria um total de 110 pessoas, sendo 50 em Belém, 30 em Santarém e outras 30 em Santana, no Amapá. Isto na região onde a população que vive à beira dos rios chama canoa de montaria. Na região onde, de fato, o rio é a rua.

Noventa mortos em 132 acidentes em apenas três anos. Este é o resultado desse descaso, vinculado ao desmonte do Estado, apenas no transporte de passageiros por barcos na região Amazônica.

No Rio de Janeiro já tivemos queda de túnel, choque de trens, quedas de marquises e reboco em plena cidade, vitimando pedestres. Na região metropolitana do Rio de Janeiro as vítimas fatais da recente epidemia de dengue já ultrapassaram a marca da centena. As longas horas de espera nas filas dos hospitais são uma demonstração trágica do desmonte dos serviços públicos implementado nestes anos de neoliberalismo.

Epidemia de dengue no Rio de Janeiro: mais de uma centena de mortes

A conta em horas não dormidas, e pela dor da perda de parentes e amigos é paga majoritariamente pelos trabalhadores e o povo pobre. É uma difícil forma de demonstrar a correção do velho ditado: a corda arrebenta do lado mais fraco.

> **O DESMONTE DO ESTADO resultou, em apenas 3 anos, em 132 acidentes no transporte de passageiros na região amazônica**

FATALIDADES DO DESTINO?

Não se tratam de armadilhas ou tramas do destino. Não são fatalidades inevitáveis ou imprevisíveis.

Aviões para serem mantidos no ar, sem se chocarem, precisam ter, no solo, controladores de vôo em número expressivo e com jornada de trabalho que os permita evitar o estresse característico de uma profissão onde vidas humanas estão literalmente em suas mãos.

Prédios são construídos para ficarem de pé, não para soltarem seus pedaços na cabeça das pessoas por falta de manutenção, ou erro premeditado na construção.

Barcos são fabricados para flutuar. Viagens realizadas com excesso de passageiros, pondo em risco a vida das pessoas, precisam ser coibidas.

Doenças como a dengue, cólera, febre amarela e outras, eram uma realidade, triste realidade, do início do século passado, que há muito haviam sido erradicadas ou controladas, porém voltaram com força deixando seu rastro de vítimas fatais.

Nada disso é obra do acaso ou de um gênio do mal. Assim o remédio não pode ser o tomado pelo prefeito do Rio, César Maia (DEM), apelando aos santos e orixás. Nem todos os Santos da Igreja do Bonfim resolverão os problemas da ausência do Estado, do sucateamento dos serviços públicos, impostos pela aplicação do receituário neoliberal neste país. Aplicação começada por Collor de Mello, seguida por Fernando Henrique e continuada e aprofundada por Lula e o PT.

O receituário neoliberal, que inclui o Estado mínimo, o sucateamento dos serviços públicos, é aplicado – como efeito dominó – desde Brasília, passando pelos governos estaduais e chegando às prefeituras. Desta forma os responsáveis pelas mortes, pelo descontrole, pela imprevidência social, devem ser buscados entre os ocupantes, atuais e anteriores do Palácio do Planalto e ministérios; entre os ocupantes dos palácios estaduais e das prefeituras, aí serão encontrados os culpados.

UMA LUTAS DOS TRABALHADORES

A diminuição do papel do Estado, a redução de funcionários em questões chaves como fiscalização, controle e saúde pública, é o que cria as condições para colocarem soda cáustica no leite; para que prédios sejam construídos com areia do mar; marquises e estádios de futebol desabem por falta de manutenção; navios naufraguem sem sequer terem registro na Capitania dos Portos, aviões e helicópteros caiam, obras do metrô desabem, e doenças há muito erradicadas retornem.

A falta ou insuficiência de médicos, enfermeiros, pessoal de apoio e mata mosquitos, é o que permite que a guerra contra a dengue no Rio, desgraçadamente, esteja sendo vencida pelo mosquito.

A luta dos funcionários públicos, daqueles cuja função é prestar serviços ao público, transforma-se, desta maneira, em luta na defesa do conjunto de nossa classe, e como tal deve ser encarada, e, logo, cercada de solidariedade.

A luta contra o neoliberalismo reveste-se também de luta pela vida. Derrotar os governos de turno impondo a contratação de funcionários; aumento de salários e qualificação do funcionalismo; a retomada dos serviços públicos, com qualidade; é parte integrante da luta de nós trabalhadores.

Esta é uma das formas de evitar que sigamos sendo nós os trabalhadores e o povo pobre que paguemos o preço da crise econômica que não fomos nós que fizemos.

*Um dos fundadores do PSOL, até recentemente membro do Diretório Nacional do partido, e agora militante do PSTU

DEZ MIL TERCEIRIZADOS DA PETROBRAS CRUZAM OS BRAÇOS

CLAUDIO CAPUCHO/SINDMETAL-SJC

EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), trabalhadores da construção civil iniciam greve por melhores salários e condições de trabalho na refinaria Revap

DA REDAÇÃO

No último dia 16, milhares de operários da construção civil bloquearam a rodovia Dutra, em São José dos Campos (SP). Era o começo da greve dos trabalhadores terceirizados da refinaria Revap, da Petrobras, fruto de uma verdadeira rebelião de bases. Os operários são contratados por um consórcio formado por várias empreiteiras que fazem as obras de modernização da refinaria. São cerca de 12 mil trabalhadores envolvidos nas obras.

CLAUDIO CAPUCHO/SINDMETAL-SJC

A polícia militar e rodoviária foram ao local desobstruir a pista, mas diante de tanta gente não foram capazes de agir. A greve explodiu devido à indignação dos trabalhadores contra os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e passou por cima do próprio do sindicato da categoria, ligada à CUT. A direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São José dos Campos e litoral, além de apresentar uma pauta rebaixada de reivindicação, se recusou a declarar greve apesar da categoria já estar em estado de greve e as empresas não terem respondido às reivindicações.

"A categoria havia dado 72 horas de prazo para as empresas responderem aos trabalhadores, prazo que terminava no dia 16, mas o sindicato de última hora cancelou a assembléia", afirma Antônio Zeferino, o Macumba, um dos dirigentes do movimento. Os trabalhadores então, com a oposição à direção do sindicato à frente e o apoio da Conlutas, realizaram por conta própria a assembléia e declararam greve por tempo indeterminado.

GREVE RADICALIZADA

"Fomos panfletar na frente da Revap no dia 16, chamando os trabalhadores para a campanha salarial e os próprios trabalhadores decidiram paralisar naquele dia mesmo", conta Macumba. A revolta dos trabalhadores contra o sindicato, a CUT e os patrões era muito grande. *"Chegaram a arrancar a camisa da CUT de um companheiro e rasgar ela na assembléia, uma cena que eu nunca tinha visto"*, conta José Donizete de Almeida, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e da Conlutas, que vem prestando apoio ao movimento desde o início da campanha salarial.

Apesar de os operários terem reivindicado a liderança da Conlutas, que tem prestado todo apoio do movimento, os próprios trabalhadores da construção civil é quem decide os rumos do movimento. *"Nossa linha é a democracia operária em sua plenitude, quem decide o rumo do movimento são os trabalhadores"*, afirma Donizete.

No dia 19, segunda-feira, cerca de 10 mil trabalhadores realizou nova assembléia, que reafirmou a greve. Os trabalhadores também aprovaram uma Comissão de Trabalhadores para negociar com os patrões, ao invés do sindicato. A comissão é composta por trabalhadores da obra, do Sindicato dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Petroleiros. Os trabalhadores reivindicam, entre outras coisas, 20% de aumento real, piso salarial e redução da jornada para 40 horas semanais.

PROFESSORES

GREVE DOS PROFESSORES DO PARÁ COMPLETA TRÊS SEMANAS

***JOSYANNE QUEMEL**, de Belém (PA)*

A greve dos profissionais em educação começou no dia 24 de abril alcançou um grau de radicalização que há anos não se via. Nem a violência policial que marcou o ato do dia 9 de maio intimidou o movimento.

A greve já rendeu atos na capital e no interior, passeatas, assembléias reuniões por distritos, mobilizações nos bairros e várias ações de base que têm dado muita dor de cabeça ao governo de Ana Júlia, do PT.

Uma verdadeira rebelião de base marcou a última assembléia, no dia 14, com mais de 1.500 trabalhadores decidindo pela continuidade da greve apesar do governo ter entrado com ação na justiça pedindo a ilegalidade e multando o sindicato com R$ 10 mil por dia e o desconto dos dias parados. Mas o tiro do governo contra a greve saiu pela culatra e fortaleceu o movimento. No mesmo dia uma passeata saiu pela cidade denunciando a ação da justiça. No dia 16, mais uma grande passeata pelo centro de Belém, impôs uma nova negociação levando o governo pela força do movimento a recuar na ação e não descontar os dias parados.

A greve, que já é vitoriosa, desmascarou o governo de Ana Julia. Muitos petistas indignados declaram desfiliação e queimam camisas com as fotos da governadora. A própria bancada do PT está dividida quanto a ação do governo e tenta interceder nas negociações.

ESTÁ SURGINDO UMA NOVA DIREÇÃO

Desde o início a Conlutas vem atuando com muita firmeza na greve se tornando uma referência para centenas de ativistas que não vêem na direção do Sintepp uma política clara de oposição ao governo Ana Julia e Lula. A Alternativa Conlutas na Educação, que congrega vários ativistas destacados na greve, vem propagandeando o Congresso da Conlutas, levando vários trabalhadores a declararem interesse de participar do evento.

Os trabalhadores, ao lembrarem do papel do Sintepp nas greves contra o então prefeito Edmilson Rodrigues (antes PT, hoje PSOL), vêem com desconfiança a direção do sindicato que naquele momento fizera de tudo para impedir a vitória da greve.

A Conlutas é o novo e vem demonstrando na luta que é possível construir uma nova direção de luta para o Sintepp independente dos governos.

PROFESSORES

EDUCAÇÃO DO PIAUÍ TAMBÉM ENTRA EM GREVE

***HALLYSSON FERREIRA e ROMILDO ARAÚJO**, de Teresina (PI),*

No dia 13 de maio, os trabalhadores e trabalhadoras da Educação reuniram-se em assembléia e votaram a rejeição dos 5,5% de reajuste anunciado pelo governo Wellington Dias (PT), deflagrando uma greve por tempo indeterminado. Eles exigem 39% de reajuste, referente às perdas salariais dos últimos oito anos, e a melhoria da qualidade e estrutura das escolas públicas estaduais.

A situação dos trabalhadores em educação tornou-se insustentável. Pra se ter uma idéia, o professor inicial, com 20h, recebe um vencimento bruto de R$ 560 na rede pública estadual. A hora-aula na rede está em média custando cerca de R$ 4,62. O governo do PT patrocina um arrocho salarial semelhante ou pior que os governos de direita.

É importante lembrar que o governo petista ainda em 2006 congelou ou desvinculou todas as vantagens na remuneração da categoria, principalmente o adicional por tempo de serviço e regência de classe que era de 40% sobre o vencimento básico. Tudo isso levou com que o estatuto do magistério conquistado há 20 anos fosse substituído por um plano de carreira sem ganho algum.

DISPOSIÇÃO DE LUTA

A categoria de trabalhadores da educação básica, composta por 40 mil entre efetivos e temporários, tornou-se uma das mais influentes e mais bem organizadas do estado com cerca de 27 regionais e 22 mil filiados. Apesar de a direção governista do SINTE-PI (PSB e Articulação Sindical) impor todos os obstáculos ao movimento, a categoria aderiu à greve entendendo que somente com muita luta será possível barrar o arrocho salarial. No dia 20 de maio foi realizada uma grande passeata pelas ruas da cidade para pressionar o governo.

SOBRE O CONFLITO AGRÁRIO NA ARGENTINA

CELEUMA.BLOGDRIVE

Os latifundiários também protestam. Ao lado, os manifestantes retornam a suas casas em Pickups 4X4

BRUNO SANCHEZ,
de São Paulo (SP)

Novamente, as entidades da patronal agrária argentina decidiram iniciar uma mobilização contra as "retenções" (impostos sobre a exportação) fixadas pelo governo. Intensifica-se assim um conflito que, no mês passado, através de um lockout (paralisação da produção determinada pela patronal e não pelos trabalhadores) e bloqueio de estradas, sacudiu o país e teve grande repercussão na imprensa internacional.

O conflito agrário dividiu a esquerda argentina e gerou uma intensa polêmica sobre que atitude adotar frente a ele. Quais a lições que devemos tirar deste episódio?

UMA DISPUTA ENTRE PODEROSOS

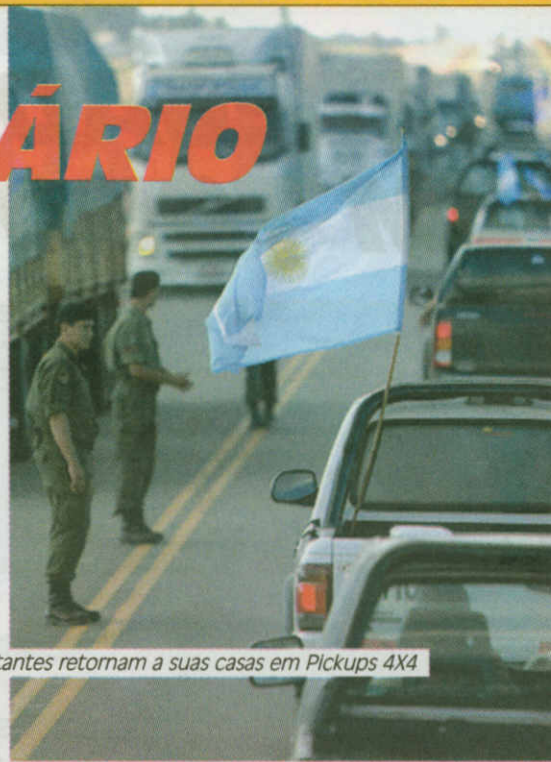
O duríssimo embate entre os produtores rurais e o governo de Cristina Kirschner, provocou em março um lockout patronal do comércio de grãos e de carne, ameaça de desabastecimento, bloqueios de estradas, "panelaços" das classes médias nas cidades, contra-piquetes organizados pelos governistas Hugo Moyano (líder da Confederação Geral do Trabalho) e Luis D`Elía (dirigente piqueteiro pró- Kirschner), atos massivos na Praça de Maio em apoio a presidente Cristina e a concentração de Gualeguaychú, um dos principais centros do conflito agrário.

Contudo, tais enfrentamentos, expressam uma disputa pela posse dos lucros do atual modelo econômico. De nenhuma maneira os enfrentamentos expressaram um questionamento do modelo baseado no saque dos recursos naturais argentinos e das matérias primas.

O marco é a crise economica mundial, que, como de costume, o imperialismo procura descarregar sobre os trabalhadores e os povos do mundo, sobretudo dos países oprimidos. Da Argentina, além das obrigações acertadas, exigem que pague de uma vez uma dívida externa com o Clube de Paris.

A fórmula de Cristina Kirchner para pagar foi a imposição por um lado do teto salarial, através do "pacto social", para arrochar os salários dos trabalhadores e diminuir os gastos do Estado. Por outro lado, aumentou os impostos sobre as exportações agropecuárias, conhecido como "retenções". Isso enfureceu os patrões do campo, não só porque aumentava a percentagem dos impostos como também tinha um carácter móvel: a percentagem aumenta de acordo com o aumento do preço da soja.

Uniram-se, então, a Sociedade Rural, as confederações agrícolas Coninagro, CRA e a Federação Agrária para exigir que se voltasse ao esquema anterior. A patronal agroexportadora organizou uma paralisação reaccionária porque não aceitava a redução dos seus lucros.

Trata-se de um conflito entre setores da burguesia. O governo tem uma diferença táctica com os agroexportadores: a percentagem dos imposto sobre exportações, mas tem um grande acordo estratégico, porque a exportação de soja é a "galinha dos ovos de ouro", não somente da patronal agrária, mas também do próprio governo que extrai daí uma parte do famoso superávit fiscal. Essa é uma das razões de fundo que explica porque nunca existiu perigo de golpe militar contra o governo, assim como porque o governo evitou reprimir os piquetes dos agrários. Alguém poderia imaginar três semanas de piquetes operários sem repressão?

QUEM PAGA PELA CRISE?

Por outro lado, não há dúvidas sobre quem pagou a conta pelos pratos vazios causados pela crise. Basta ir a mercearia nas cidades para ver o desabastecimento, o aumento dos preços e outras conseqüências graves para os trabalhadores. O lockout provocou a alta dos preços dos alimentos básicos dos trabalhadores. Uma demonstração explícita do seu caráter anti-operário.

Os trabalhadores da cidade e do campo devem repudiar o protesto patronal e não apoiar as medidas do governo. Devem se unir em torno a um programa operário para garantir a alimentação que exige: aumento de salário que cubra a cesta básica familiar, contrato de trabalho para os trabalhadores rurais, provisão de alimentos a preço barato, controle de preços pelas organizações populares, monopólio do comércio exterior, créditos baratos para os pequenos produtores, impostos progressivos aos lucros rumo à expropriação dos grandes latifúndios, e a expulsão de multinacionais como a Monsanto.

CELEUMA.BLOGDRIVE

As últimas margarinas de um mercado da província de Entre Rios

QUEM SÃO OS ALIADOS DOS TRABALHADORES NO CAMPO?

O conflito do campo gerou um importante debate na esquerda. Uma grande parte da esquerda, incluindo o MST, Movimento Socialista dos Trabalhadores, (que tem relações com o MES, corrente da direção do PSOL) caiu no erro de apoiar a greve reacionária, com o argumento de que se tratava dos "pequenos produtores".

O FOS (Frente Operária Socialista, seção da Liga Internacional dos Trabalhadores), cometeu alguns erros no início do processo, deixando de caracterizar a greve patronal como reacionária, embora jamais a tenha apoiado o movimento, como o MST. Mas em seguida, corrigiu este erro e fez uma autocrítica publica. Uma parte importante da esquerda, porém, cada vez mais aprofunda seus erros, e se alia, na pratica, a ultradireita da burguesia.

Na verdade, nunca existiu uma luta independente dos pequenos produtores. Houve uma única luta com um único programa: não ao aumento das retenções. E essa luta teve uma direção unificada, com grande peso da Sociedade Rural, que reune a grande burguesia agrária argentina, que sempre expressou as posições da ultradireita, estreitamente ligada ao imperialismo. A Federação Agrária, parte importante da direção da mobilização, surgiu representando pequenos produtores, mas hoje tem uma relação estreita com a Sociedade Rural.

A globalização no campo argentino , com a monocultura agroexportadora acabou com grande parte dos pequenos produtores. Uma parte importante dos que sobraram, enriqueceram, como os produtores de soja. Basta ver que, hoje, um "pequeno" produtor com 300 hectares de terra em Buenos Aires, Córdoba, Entre Rios, Santa Fé, que não queira correr risco, pode alugá-la por US$ 180 mil por ano (US$ 15 mil por mês, sem realizar nenhum esforço). É isso que explica a aliança da grande burguesia com esses pequenosprodutores enriquecidos.

Continuam existindo setores endividados e alguns (rancheiros, pequenos produtores de gado) participaram dos bloqueios de estradas. Contudo, o programa e a direção da paralisação não tinha nada a ver com "camponeses pobres", mas com a grande burguesia associada ao imperialismo e aos setores enriquecidos dos pequenos produtores.

O que está acontecendo na Argentina é como se o governo Lula no Brasil aumentasse os impostos sobre os bancos gerando uma reação furiosa dos banqueiros. E como se eles que chamassem uma mobilização contra o governo. Imaginem agora um setor da esquerda apoiando a mobilização dos banqueiros.

DIAS 3, 4, 5 E 6 DE JULHO DE 2008
1º CONGRESSO Conlutas
"Se muito vale o já feito, mais vale o que será."
BETIM, MINAS GERAIS

DELEGADOS SÃO ELEITOS EM TODO O PAÍS

DA REDAÇÃO

Milhares de delegados estão sendo eleitos em todo o país para o I Congresso da Conlutas. Várias entidades fizeram seu cadastramento e estão com assembléias marcadas ou já realizadas. O período definido para eleição de delegados ao Congresso vai até o dia 30 de maio. Confira como está o processo em algumas regiões.

SÃO PAULO

No ultimo dia 15, a Oposição Bancária realizou a eleição dos delegados durante sua convenção de chapa. A Oposição vai disputar a eleição do sindicato, marcada para junho. Estiveram presentes 93 bancários que elegeram 33 delegados para o Congresso. Na avaliação dos dirigentes do setor, a plenária mostrou que entre os bancários existe um amplo processo de reorganização.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)

Dezenas de delegados já foram eleitos para o congresso na região do vale do Paraíba. Os trabalhadores químicos elegeram 23 companheiros. Os sem-teto da ocupação do Pinheirinho elegeram 14. Também foram eleitos delegados em duas ocupações de sem-terra de Taubaté. Nos próximos dias serão realizadas eleições em Correios e dos delegados dos trabalhadores de alimentação.

A meta do conjunto do Vale do Paraíba é eleger 247 delegados, sendo que 170 serão operários industriais. As eleições entre os metalúrgicos já estão marcadas em Jacareí (no dia 27), Chácara (dia 28) e em São José dos Campos (dia 29).

SANTA CATARINA

Para potencializar as eleições de delegados foi realizado um Seminário estadual da Conlutas. O evento reuniu cerca de 100 pessoas e mais de 23 entidades de todo estado. Entre elas, Sinegia, Apufsc, Aprasc, sindicato da saúde, Sinte, Sinasefe, Sintraturb, do funcionalismo municipal de Chapecó, Blumenau, Florianópolis, DCE da UFSC, e secundaristas.

Em pauta, estava a discussão sobre a burocratização dos sindicatos. O tema foi amplamente debatido numa mesa composta por José Maria de Almeida (Conlutas), Marcos Neves (Intersindical) e pelo Professor Ribamar (Conlutas-SC). Na discussão, foi ressaltada a necessidade de se resgatar um sindicalismo combativo e independente do Estado. O seminário aprovou um manifesto que defendo a fusão entre a Conlutas e a Intersindical. O documento será levado ao I Congresso da Conlutas.

Várias assembléias de eleição dos delegados já foram realizadas no último dia 20, como dos Sinte (educação) Sinasefe – SC e do Sintufsc (universidade). A meta do estado é eleger de 200 a 250 delegados. Contudo, o número pode ser ainda maior.

CAMPANHA

ENTIDADES SE UNEM PARA EXIGIR A READMISSÃO DE DIRIGENTE DA CONLUTAS

PELA IMEDIATA READMISSÃO DE DIRCEU TRAVESSO

DA REDAÇÃO

Na manhã do 14 de maio, dezenas de entidades e organizações políticas se uniram para exigir a imediata reintegração de Dirceu Travesso, o Didi, bancário demitido da Nossa Caixa. A representatividade do protesto expressou o reconhecimento pelo dirigente histórico do movimento. Quatro deputados estaduais também compareceram para prestar solidariedade: Carlos Giannazi e Raul Marcelo (PSOL), Cydo Cerio (PT) e Davi Zaia (PPS).

Apesar de profundas diferenças políticas, as diversas entidades nacionais dos trabalhadores – Conlutas, Intersindical, CUT, CTB e UGT – estavam presentes, num exemplo de solidariedade. A manifestação aconteceu em frente do prédio central da Nossa Caixa. O ato foi convocado por diversas entidades e coordenado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Em nome da Conlutas, da qual Didi é dirigente, Zé Maria de Almeida disse que a direção do banco e o governo atacam a entidade ao demiti-lo. "Aparentemente uma coisa não ter nada a ver com a outra, mas o governo de São Paulo sabe que, para atacar os trabalhadores e os serviços públicos, precisa atacar a capacidade de resistência", disse. Para ele, o ato desta quarta-feira teve uma dimensão muito grande e é necessário manter a mobilização e a unidade até conseguir a readmissão.

Paulo Pasin, da Intersindical, lembrou exatamente essas demissões políticas que vêm ocorrendo no estado em vários setores. Ele é metroviário e foi um dos demitidos após a paralisação do ano passado. "*A demissão arbitrária do companheiro Didi é um ataque à organização sindical*", falou.

A CUT também se manifestou, através de Daniel Reis. Ele disse que "cabe ao movimento sindical dar uma resposta à sociedade e derrubar esse sistema de governo do PSDB que não realizou nenhuma campanha salarial do funcionalismo".

Valério Arcary, dirigente do partido, fez uma fala emocionada ao lembrar a trajetória de 30 anos de luta e militância do sindicalista. Resumindo a disposição dos militantes em brigar até a vitória, Arcary disse que era preciso "*levar a resistência até as últimas conseqüências*".

Emocionado, Didi fez a última fala do ato. Agradeceu politicamente a presença de cada um dos presentes. Referindo-se aos colegas bancários: "*atrás da minha história, está a história de resistência de cada um desse banco*". Ele também denunciou a política de obter lucro a qualquer preço aplicada pelos bancos. Falou que os bancários são obrigados a cumprir metas, mesmo que para isso tenham que enganar a população, "empurrando" produtos e empréstimos a altos juros até para aposentados.

ESCREVA PARA
Banco Nossa Caixa S/A
- **Diretor-Presidente Milton Luiz de Melo Santos**
Fax: (0xx11) 3244-6663
presidência@nossacaixa.com.br
- **Diretoria de Gestão de Pessoas**
dgp@nossacaixa.com.br
- **Governador José Serra**
(0xx11) 2193-8621 (FAX)
governador@sp.gov.br

Com cópia para *secretaria@conlutas.org.br*
Ou acesse *www.pstu.org.br*

WWW.PSTU.ORG.BR
Envie diretamente sua mensagem de solidariedade

VEJA QUEM PARTICIPOU DO ATO

Centrais – Conlutas, Intersindical, CUT, UGT, CTB. Entidades bancárias – Contraf, Contec, Fetec-SP, Federação dos Bancários de SP, Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, Sindicato dos Bancários de SP, Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, Sindicato dos Bancários da Bahia, Sindicato dos Bancários do ABC, Sindicato dos Bancários de Bauru, Sindicato dos Bancários de Campinas, Sindicato dos Bancários de Santos, Afeceesp (Associação dos Aposentados da Nossa Caixa), Sônia Zaia (representante dos funcionários no Conselho de Administração da Nossa Caixa). Sindicatos e Oposições – Sinal, Sinsprev-SP, Sintrajud, Sindsef, Sindicato dos Radialistas, Sindicato dos Metroviários, Sindicato dos Advogados, Sintaema, Adunesp, Oposição Metroviária, Oposição dos Correios, Alternativa da Apeoesp. Partidos – PSTU, PSOL, PT, PPS. Outras organizações – Consulta Popular, Pastorais Sociais de SP, Comitê de Solidariedade dos Povos Árabe, MTST, Conlute. Deputados – Carlos Gianazi e Raul Marcelo (PSOL), Cydo Cerio (PT), Davi Zaia (PPS)